



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140924 - ES (2021/0004374-9)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : PABLO BERNARDES (PRESO)
ADVOGADO : PATRÍCIA DOS SANTOS FERREIRA CAVALCANTI - ES018442
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CORRÉU : CLAYTON BERNARDES SILVEIRA
CORRÉU : JEFERSON DA SILVA RAMOS
CORRÉU : DENNER LIMA ANJOS DOS SANTOS
CORRÉU : ALEXSANDRO BRANDAO SANTOS
CORRÉU : RENAN DE OLIVEIRA RIBEIRO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por PABLO BERNARDES contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (HC n. 0019827-03.2020.8.08.000).

O paciente encontra-se preso preventivamente e foi denunciado como incurso nos arts. 129, 148. §1; IV do CP e 35 da Lei n. 11.343/06.

Alega o recorrente que a prisão decretada é ilegal diante da ausência de fundamentação idônea, além de não conter comprovação da existência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva. Sustenta que faltaria contemporaneidade do delito imputado e que não ocorreram fatos novos que justificasse a prisão cautelar.

Requer, liminarmente e no mérito, concessão de liberdade ao paciente e subsidiariamente a revogação da prisão preventiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O recurso não merece conhecimento, por ter sido interposto diretamente nesta Corte Superior, quando correta seria sua apresentação à Presidência do Tribunal de origem.

Nesse sentido, cito precedente:

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS* . INTERPOSIÇÃO DIRETAMENTE NESTA CORTE. IMPOSSIBILIDADE. LIMINARMENTE INDEFERIDO. USO DE ALGEMAS PELO RÉU DURANTE A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.

POSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. DECISÃO INDEFERITÓRIA DA INICIAL QUE DEVE SER MANTIDA.

1. A decisão impugnada se sustenta tão somente pelo fundamento de o recurso ordinário em habeas corpus não seguiu as regras que lhe são atinentes, uma vez que deveria ter sido interposto no Tribunal de origem, e não diretamente nesta Corte.

2. Em relação ao uso de algemas durante a audiência de instrução e julgamento, é consabido que pode ser determinado pelo magistrado quando presentes riscos concretos à segurança do acusado ou das pessoas presentes ao ato.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no RHC 63.626/SP, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe 7/6/2016.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, a, do RISTJ, não conheço do presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente